




THE IMPACT OF RACISM ON THE MENTAL HEALTH OF BLACK WOMEN: AN ANALYSIS AT THE UNIVERSITY SCHOOL

O IMPACTO DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS: uma análise no âmbito universitário

Larissa Inácio Gomes (UENF) ¹ , Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF) ² , Gabriela do Rosario Silva (UENF) ³ .

Abstract - The article in question aims to address the relationship between race and mental health in general, starting from the point of view that this has been forgotten in Brazilian thought, especially due to the consequences of a possible racial democracy in Brazil. However, it is necessary to think beyond this, which implies observing the strong evidence that such a democracy would be far from promoting equality regardless of race or ethnicity, since, for example, racism emerged from contexts that emphasize racial theories, but at the beginning of the 20th century it entered practices in various contexts, and one of them is the university. The methodology applied in this research is qualitative and bibliographic (Marconi; Lakatos, 2017). Studies are developed focused on the dimensions between racism and the mental health of black women, highlighting the possible impact on the university.

Keywords: racism; black women; mental health.

Resumo - O artigo em questão tem como objetivo trabalhar a relação entre raça e saúde mental de modo geral, partindo do ponto de vista de que este encontra-se esquecido no pensamento Brasileiro, especialmente pelas consequências de uma possível democracia racial no Brasil. No entanto, é necessário pensar além, o que implica em observar os fortes indícios de que tal democracia estaria longe de promover igualdade independente de raça ou etnia, visto que a exemplo, o racismo saiu de contextos que enfatizam as teorias raciais, mas, no início do século XX adentrou as práticas em diversos contextos, e um deles é a universidade. A metodologia aplicada nesta pesquisa é qualitativa e bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2017). Desenvolve-se estudos voltados para as dimensões entre o racismo e saúde mental das mulheres negras, evidenciando qual o possível impacto na universidade.

Palavras-chave: racismo; mulheres negras; saúde mental.

INTRODUÇÃO

Este estudo se dedica em apresentar os desdobramentos que envolvem o impacto do racismo na saúde mental das mulheres negras, especialmente no que diz respeito a inserção dessas mulheres na

¹Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem - UENF

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem - UENF

³Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem - UENF

universidade. Assim, esse artigo visa vislumbrar os aspectos histórico-sociais, sobretudo, a luz de atos racistas a fim de ponderar como o racismo contribui de forma negativa na saúde mental das mulheres negras. Nesse sentido, o mito da democracia racial impõe na sociedade uma falsa ideia de democracia no que diz respeito aos direitos do negro, especialmente porque encobre os conflitos e as desigualdades raciais, reforçando a falta de olhar sensível dos não-brancos a realidade (Munanga, 2004). É possível destacar que essa ideia traduz o largo contexto de injustiça na sociedade, pois, permite que as elites dominantes possam destilar ainda mais desigualdades, trabalhado como mecanismo de exclusão.

Contudo, analisar esse cenário é voltar ao passado e buscar compreender as raízes que dimensionaram a proliferação do racismo na sociedade e, no que tange a mulher negra na universidade, é preciso destacar que esse processo é caracterizado por fatores históricos, em que mulheres negras eram submetidas a escravidão, sendo direcionadas a diversas atividades escravas por meio de trabalhos domésticas, por exemplo, as quais, por mais que a escravidão, na teoria teve fim, ainda há registro de marcas de outrora no presente, justo porque muitas mulheres ainda estão em posição de desvantagem, tendo seus direitos negligenciados, e um deles é o acesso ao âmbito educacional. Assim, as mulheres negras são colocadas em lugares inferiores, sofrendo opressões nos quesitos raça, classe e gênero (Crenshaw, 2020; Piscitelli, 2008).

Assim sendo, o que acentua esse cenário da mulher na sociedade é justamente atos racistas. O racismo pode ser definido como um conjunto de crenças e atitudes que visam subjugar, denegrir e provocar por inúmeras vezes diversas exclusões em virtude de caracteres fenotípicos ou pela identidade étnica (Clark et al., 1999). Cor, raça e preconceito no Brasil desenvolvem diversas concepções para as discussões que giram em torno dos desdobramentos de um problema social como um todo: o lugar que o negro, especialmente mencionando as mulheres negras, ocupam na sociedade, justifica o cenário de injustiça que o Brasil atravessa, sobretudo, no que se resulta como consequência do problema de estrutura social. E não para por aí, pois, a constituição de uma sociedade baseada em discriminação é consequência das desigualdades, em um processo que se caracteriza como forma concreta de exclusão social, deixando claro que o branco exerce vantagem em relação ao negro na sociedade. A cultura do branqueamento nos proporciona uma reflexão que viabiliza o olhar superior que há no que diz respeito ao branco na sociedade. Olhar para esse cenário, é entender que a injustiça social começa na projeção que o branco tem sobre o negro. A branquitude se consolida no Brasil com a propagação das injustiças, reforçando a ideia de que ainda há muito caminho para percorrer na luta por igualdade.

Destarte, diante de um contexto caracterizado por desigualdades e racismo, oriundas de uma realidade de injustiça social, sobretudo as mulheres negras, pensar em saúde mental é trabalhar o que nesse contexto se caracteriza como essencial, pois, o bem-estar individual e coletivo está diretamente ligada a capacidade de se identificar enquanto sujeito pertencente de sua própria origem, o que torna-se indispensável para fortalecer os combates ao racismo, discriminação e preconceito, visando estabelecer a oportunidade de estarem inseridos nas diferentes esferas na sociedade, especialmente na universidade.

Portanto, a metodologia aplicada nesta pesquisa é qualitativa e bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2017). Assim, o presente estudo foi aplicado por um método que visa trabalhar o problema, assim sendo, se concretizando em natureza qualitativa, se descrevendo discursiva no que se relaciona com a abordagem do problema, a qual se dispõe a investigação minuciosa dos fenômenos sociais. O objetivo do artigo encontra-se em produzir novas informações, sobretudo no que se relaciona com a análise da saúde mental de forma geral, percorrendo seus aspectos especialmente no contexto universitário, observando o impacto do racismo, a fim de estabelecer características após a revisão bibliográfica (Gil, 2008).

Ademais, esse contexto nos convida a uma forte reflexão, que, quer chamar a atenção para uma sociedade em que haja a diminuição das desigualdades, bem como dos diversos preconceitos

vivenciados pelos negros através de atos racistas. O Brasil precisa ser uma sociedade livre e justa, onde ofereça condições, oportunidades e dignidade aos negros, sem que qualquer cargo, cor, prestígio social sejam objetos para justificar o que não há justificativa: a desigualdade. Por isso, em resposta a esse intento, essa pesquisa fundamenta-se na importância do combate aos diversos cenários de desigualdade na sociedade, especialmente o racismo, dando uma atenção às consequências desse ato na saúde mental, com o olhar voltado para o bem-estar na sociedade, especialmente no contexto acadêmico.

1 Racismo e saúde mental: Impactos Psicológicos nas mulheres negras

O racismo é capaz de estruturar os afetos, bem como as percepções sobre nós mesmas/os, negras/os e brancas/os, uma vez que todas/os somos socializadas/os em uma sociedade assolada pelos diversos atos e manifestações de racismo. Assim sendo, tecer reflexões que dialogam com racismo e saúde mental é um convite para olhar com mais afeto acerca de nossa própria existência no mundo, o que implica em analisar as experiências das mulheres negras, no que diz respeito à inserção do racismo no ambiente acadêmico, especialmente na universidade.

Assim, o racismo pode ser definido como um conjunto de crenças e atitudes que visam subjugar, denegrir e provocar por inúmeras vezes diversas exclusões em virtude de caracteres fenotípicos ou pela identidade étnica (Clark et al., 1999). Nesse sentido, Lima e Vala (2004), apontam um vies reflexivo à luz dos impactos proporcionados pelos diversos atos racistas, consistindo-se em processos de exclusões de grupos, associando a característica subjetiva. Contudo, diante desse cenário é possível observar na literatura que tal ato de opressão, redução do aspecto sociocultural e psicológico, promovem impactos na saúde mental das mulheres negras, especialmente porque o racismo é capaz de acentuar o acúmulo de estresses crônicos já vivenciados pelos negros na sociedade em virtude de um cenário de desigualdade, sobretudo, em contextos discriminatórios, cujo o bem-estar psicológico acaba sendo comprometido, impactando diretamente a saúde mental da mulher negra.

Destarte, diante desse cenário é possível observar as consequências do racismo, sendo fomentado por fatores de injustiça e desigualdade, que afetam diretamente a saúde mental da mulher negra e, com isso, sua subjetividade fica constantemente comprometida, criando limitações na vida em sociedade e, especialmente na universidade, afetando a integridade e a capacidade de desenvolvimento em diversos contextos.

Assim sendo, atos racistas cooperam nas relações sociais, cuja a própria democracia e a cultura de um povo, impõe posturas na sociedade que por vezes, é reprimida, especialmente quando se fala de discriminação racial. Em razão desse fato, a abordagem desse estudo se dedica em analisar o uso abusivo da liberdade de expressão no que diz respeito às práticas de racismo e discursos de ódios, enfatizando questões de exteriorização, discriminação ou inúmeros discursos de exclusão. Nesse sentido, falar de liberdade envolve questões que ultrapassam as relações sociais, pois, a expressão discriminatória é uma afronta à construção de uma sociedade livre, justa e que busca o bem para todos os indivíduos, sem que haja exclusão de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação (Constituição, art. 3º, I e IV). Dessa forma, o excesso do uso da liberdade, sobretudo quando diz respeito à expressão do ódio, violência e atos racistas, é ainda mais observado e acentuado na vida dos negros, especialmente para as mulheres negras, pois, trata-se de um público inferiorizado perante a sociedade, reproduzindo a violência racial em diversos contextos de sua vida, o que ultrapassa o âmbito acadêmico, justificando o racismo estrutural. Assim, esse cenário reforça os diversos discursos discriminatórios, veiculando a existência de diversos atos racistas, preconceitos que por sua vez, afetam por primeiro ao grupo social vulnerável na sociedade, contribuindo de forma drástica para o impacto na

saúde mental das mulheres negras. Sousa (2020) aponta sobre esse cenário:

Diante destas situações, o debate central é: como fica a saúde mental de meninos e meninas negras que ouvem, veem ou vivenciam situações de racismo cotidianamente, que podem levá-las a desenvolver problemas de autoestima, transtornos mentais, dificuldade de desenvolvimento e relacionamento interpessoal? São questões desafiadoras, mas que podem gerar reflexões relevantes sobre como modificar essas estatísticas, reduzir os impactos do racismo e proporcionar um futuro mais próspero para as crianças negras (Sousa, 2020, p. 24).

Contudo, proporcionar reflexões acerca do racismo na sociedade é analisar o histórico de um passado que ainda nos dias atuais atravessa o cenário presente, afinal, o fim da escravização dos negros não foi sinônimo de fim, justamente porque o Brasil não garantiu um novo regime de trabalho e educação, não estabelecendo de fato políticas que proporcionassem acesso a esses seguimentos. Até os dias de hoje, há inúmeras marcas do passado, evidenciando que o Brasil ainda não se desvinculou de suas raízes, perpetuando as marcas destes no sistema.

Assim, na década de 1990 essas raízes vão aos poucos se deslocando para uma possível parcialidade de rupturas através do movimento negro, junto aos movimentos sociais, que, buscaram pressionar o governo na tentativa de resolver e amenizar as consequências assoladas pelos problemas de uma sociedade racista.

Nesse sentido, as lutas ganharam peso e foi então que em 2000 chega ao Brasil a política de ação afirmativa, idealizada nos Estados Unidos da América da década de 1960, trabalhando diretamente para que haja diminuição histórica dos excluídos na sociedade, permitindo amenizar as desigualdades tão marcantes no Brasil e, sobretudo, para os negros. A implementação desta política para negros se firmou através da denominada Lei de cotas, nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012).

Apesar da Lei em questão, sobretudo, na busca por garantia de igualdade, o que coopera para que se estabeleça um avanço na busca por justiça social, especialmente para a população negra no que tange seus direitos, e á luz da narrativa deste estudo a universidade, ainda há inúmeras raízes que nos predem ao passado, o que nos permite refletir que estamos caminhando, mas, que há muito caminho para percorrer a fim de se alcançar uma igualdade racial no Brasil, justamente pela execução tardia de políticas compensatórias (Paixão et al., 2010).

Então, além de analisar as raízes do passado, é preciso observar que o cenário de outrora interferiu de forma significativa para a propagação do racismo, se configurando na sociedade de maneira estrutural. Almeida (2018, p. 15) menciona que o racismo estrutura “[...] é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [...]”.

Contudo, Carneiro (2011) destaca a inferioridade social vivenciada pelos negros na sociedade estabelecida por meio do racismo, afetando principalmente as mulheres negras. Assim, a população negra, sobretudo as mulheres, estão dentro do recorte da história da escravidão, caracterizando um cenário desigual ao longo do tempo, especialmente pela raça e condição de gênero. Dessa forma, as discussões levam a analisar o atual cenário das mulheres negras na sociedade, que por diversas vezes são alvos de preconceitos vindos de outras esferas, como por exemplo quando são questionadas, seu status social ou quando estabelecem posições na sociedade em que são subordinados, envolvendo relações com opressão de raça e gênero.

Ademais, partindo do princípio de que a sociedade brasileira é marcada por fortes relações desiguais, reafirmando nos apontamentos históricos, se relevando nos apontamentos realizados ao longo desse estudo, é possível tecer reflexões que ultrapassam contextos históricos, sobretudo nos atos racistas em que os negros são submetidos. Analisar o cenário da mulher negra na sociedade em seus aspectos de dimensões histórico-sociais é entender que essa realidade de justiça social impacta diretamente a saúde mental das mulheres negras.

Assim, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental pode ser considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade. Nesse sentido, fica claro que as dimensões racistas vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade afetam o estado de bem-estar, ou seja, a saúde mental, justamente pela ausência de importantes elementos que proporcionam equidade, especialmente no que tange ao desenvolvimento de suas habilidades, já que as universidades ainda nos dias atuais reproduzem a cultura do branqueamento. As consequências do racismo, são formadas por fatores de injustiça e desigualdade, que afetam diretamente a saúde mental da mulher negra e, com isso, sua subjetividade fica constantemente comprometida, criando limitações na vida em sociedade e, especialmente na universidade. Vale destacar também que o racismo sofrido durante a infância, acarreta graves consequências para a vida adulta, reafirmando que envolve diretamente a modificação da identidade e do sentido de pertença, o que nos leva a compreender que a saúde mental é altamente impactada. Nesse sentido, segundo Oliveira et al. (2021, p. 28775) “o racismo sofrido durante a infância impacta na autoimagem do indivíduo como no reconhecimento da identidade racial como negativa, na baixa autoestima e no sentimento de inferioridade perante seus pares, assumindo comportamentos de isolamento”.

Portanto, a autoimagem, o sentimento de pertença e, sobretudo a identidade são importantes para que o bem-estar seja estabelecido, promovendo a tão esperada saúde mental. Uma vez que as mulheres negras são alvos de preconceito, especialmente volvidas ao racismo, ocorre um misto de sentimentos que configuram como insegurança, principalmente no que tange a desconstrução de sua própria identidade enquanto negro, impactando diretamente na saúde mental com características descritas por meio da depressão, angustia, ansiedade, estresse e entre outros. Kilomba (2019) narra:

[Quando eu era criança] quando pessoas negras olhavam para mim, eu sabia que eu tinha algo a ver com elas, mas não queria porque eu não queria ser vista como uma Neger, como elas eram. Eu pensava que havia todas essas imagens terríveis de pessoas negras nos livros, por exemplo [...] Ou na televisão, nas notícias, nos jornais, basicamente em todos os lugares. Em toda parte [...] Até hoje, isto é tão [...] Então, quando criança eu não queria ser como ela e, ao mesmo tempo, eu era uma delas, e eu sabia disso. Uma situação difícil [...] (Kilomba, 2019, p. 152).

Assim, analisando tal relato é impossível não destacar o impacto que o racismo proporciona na vida de uma pessoa negra, especialmente as mulheres, já que são pertencentes por si só a um determinado grupo na sociedade que por vezes é inferiorizado. Falar em saúde mental é tecer apontamentos significantes para que haja a construção de identidade em toda parte, permitindo que as mulheres negras possam ter confiança de estarem em qualquer ambiente seja ele acadêmico ou não. Assim, “todo e qualquer sujeito precisa de referências compatíveis com suas características físicas e comportamentais para o entendimento sobre si mesmo e seu lugar de pertencimento no mundo” (Sousa, 2020, p. 61). A identidade e autoestima passam por um processo de formação e, uma vez que passam da forma correta, a subjetividade é estabelecida de forma a ressaltar e reforçar seu lugar no mundo.

2 As mulheres negras na universidade: Analisando o racismo e a cultura do branqueamento

Analisar a história das mulheres negras na universidade é trazer pontos importantes que por vezes, justificam ausência das mulheres negras nesses espaços ou até mesmo a falta de condições para chegar até a universidade. Nesse sentido, trabalhando além das dimensões no capítulo anterior sobre as relações de racismo e saúde mental das mulheres negras, o estudo deixa claro a mensagem de

que ainda há um longo caminho a ser percorrido, especialmente porque as mulheres foram submetidas ao contexto escravo por alguns séculos, sendo destinados a posições inferiores na sociedade, como destacados abaixo por Góis (2008):

Às mulheres negras tradicionalmente têm sido destinadas atividades de menor valoração social. Escravas por alguns séculos, mesmo após libertas não conseguiram alterar de modo pleno o seu status no mundo do trabalho. O período pós-abolição guardou para elas condições de sobrevivência e trabalho muito precárias. Com baixa ou nenhuma escolaridade e baixíssima remuneração, desenvolviam atividades de ganho em casas de família e nas ruas, sendo com frequência objeto de perseguição policial (Góis, 2008, p. 749).

Assim, Maria Aparecida Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2010) apontam diálogos com objetivo de refletir sobre os aspectos de branquitude na universidade e, especialmente apontando as proliferações do racismo estrutural no âmbito universitário. A branquitude se caracteriza como aspecto de superioridade, reforçando na sociedade as relações de inferioridade, cooperando diretamente para reprodução das desigualdades, destacando a projeção do branco sobre o negro. Cardoso (2014, p. 92) destaca uma postura constante nas relações entre brancos e negros que reforça ainda mais o racismo “em público se diz antirracista, em privado ou com os seus em segredo revela-se como racista”.

Assim, Bento (2002) evidencia que mais que tecer reflexões sobre racismo é preciso abordar a superioridade que o branco obtém sobre o negro. Analisando de forma crítica a branquitude é possível observar um sistema de opressão e concessão de privilégios, ressaltando as dimensões do corpo branco sobre o negro, reproduzindo dores e violência (Piedade, 2017).

Com passar do ano, em 2012, a construção na produção da supremacia branca era considerável, pois, analisava um mundo moderno-colonial voltado para os padrões europeus, transformando o Brasil em um país branco. Então, tudo que não dialogava com essa visão foi sendo inválido. Dessa forma, essa nação arquitetada reforça as estruturas de um Brasil cercado de racismo, evidenciando o mito da democracia racial.

Destarte, pensar nas mulheres negras na universidade é analisar as consequências de um Brasil enraizado no preconceito e no racismo, sem deixar de pensar nas dimensões da cultura do branqueamento. Assim, pensar sobre o âmbito universitário é ressaltar que não só em outrora, mas, ainda nos dias atuais as pessoas brancas submetem ao negro a cultura do silenciamento e da opressão, pois, quantas mulheres são submetidas a suportarem o racismo estrutural, evidenciando na sociedade, especialmente quando suas falas são silenciadas sem crédito e protagonismo ofertando destaques aos grupos de privilégios.

Assim, marcados por um contexto racista, cujas dimensões ampliam as relações de injustiças, sobretudo no Brasil projetando a cultura do branqueamento, apontar caminhos para as mulheres negras na universidade é principalmente levantar um espaço acadêmico capaz de ser justo e igualitário, onde haja lugares para reflexões e discursos no que tange o combate ao preconceito e discriminação racial. Segundo Hooks (2013), os espaços acadêmicos devem ser lugares de potência, sobretudo, na oferta de possibilidade valorizando o pertencimento étnico racial, afim de enfrentar as consequências do racismo.

Contudo, embora haja um aumento significativo das mulheres negras na universidade, o racismo, as injustiças e a discriminação racial impactam na inserção da mulher negra na academia. Ainda nos dias de hoje é possível observar que os espaços acadêmicos se tornam cada dia mais lugares de prestígios.

Portanto, o racismo e branqueamento reitera a perpetuação da universidade como um espaço branco, racista e elitista. Se as percepções sobre nossa existência passam pela profunda reflexão de nossa subjetividade, trazendo para o contexto a saúde mental das mulheres negras, é possível por meio dessas reflexões entender que o bem-estar passa pelo pleno desenvolvimento, sobretudo, no

processo de identidade. Assim, como é possível pensar na inserção das mulheres negras sem analisar o racismo existente que assola por anos as mulheres negras? O impacto do racismo na saúde mental é real, perpetuando a diminuição da identidade étnica acentuando o estresse crônico, comprometendo o bem estar psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante de tal cenário, é possível identificar que a saúde mental é fonte indiscutível de bem-estar e que a sua ausência pode comprometer o pleno desenvolvimento do sujeito na sociedade, especialmente na universidade. Conclui-se que o racismo impacta diretamente a saúde mental das mulheres negras, sobretudo no contexto universitário, comprometendo a identidade étnica, criando inúmeras limitações e afetando negativamente o bem-estar psicológico, ao provocar ansiedade, depressão, estresse e a própria crise de subjetividade.

Nesse sentido, observa-se que o racismo acentua ainda mais as desigualdades, pois dissemina, nos diversos espaços da sociedade, o preconceito e a discriminação. Embora a escravidão tenha sido formalmente abolida, o estudo deixa claro que ainda há um longo caminho a ser percorrido, especialmente porque, ainda nos dias atuais, é possível perceber uma sociedade marcada por esse passado, sobretudo pelos efeitos que ele continua a produzir. O Brasil precisa olhar para além das consequências deixadas pelo período escravocrata e atuar para que tais injustiças sejam reparadas conforme cada necessidade. As mulheres negras precisam ter seus direitos resguardados e assegurados, a fim de que possam não apenas ingressar na universidade, mas também sentir-se pertencentes ao espaço universitário.

Embora já haja mulheres negras na academia, esse espaço ainda precisa ser ocupado por muitas outras. Para isso, é necessário que haja o enfrentamento dos preconceitos, especialmente dos atos racistas, de modo a cooperar de forma significativa para o bem-estar integral desse grupo historicamente esquecido pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M. S. d.; JÚNIOR, P. R. d. S. Uma investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na universidade pública. **Revista AMAzônica**, v. 25, n. 2, p. 127–163, 2020. Acesso em: 20 ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7767/5454>.

ALMEIDA, S. L. d. **O que é o racismo estrutural?** 1. ed. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, A. D. d.; OLIVEIRA, A. G. B. d. Vida universitária e Saúde Mental: Atendimento às demandas de saúde e Saúde Mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 2, n. 4-5, p. 163–182, 2011. Acesso em: 30 ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68464>.

BATTISTELLI, B. M.; RODRIGUES, L.; FERRUGEM, D. Branquitude e racismo na universidade: analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento. **Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 2, n. 4, p. 549–566, 2021. Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13095/9158>.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (ed.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Acesso em: 20 ago. 2024. p. 25–58. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7637136/mod_resource/content/1/%2824%29%20BENTO%2C%20Maria%20Aparecida%20Bento%20%28Cida%20Bento%29.%20Branqueamento%20e%20branquitude%20no%20Brasil.%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%20CEERT%2C%202002..pdf.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: [s. n.], 2012. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 4 abr. 2026.

CARDOSO, L. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 88–106, 2014.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. [S. l.: s. n.], 2011. Recuperado em 10 de ago de 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>.

CLARK, R.; ANDERSON, N. B.; CLARK, V. R.; WILLIAMS, D. R. Racism as a stressor for African Americans: A biopsychosocial model. **American Psychologist**, v. 54, n. 10, p. 805–816, 1999. DOI: 10.1037/0003-066X.54.10.805. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.54.10.805>.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. (ed.). **Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade**. Tradução: Paula Granato e Gregório Benevides. Curitiba: Appris, 2020. p. 23–98. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7069/1/Corpos%20em%20alian%C3%A7a%20di%C3%A1logos%20interdisciplinares%20sobre%20g%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%20e%20sexualidade.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2026.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450–464, 2018. Acesso em: 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/>.

FARO, A. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, p. 271–278, 2011. Acesso em: 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a//?format=pdf&lang=pt>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451425.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743–768, 2008. DOI: 10.1590/S0104-026X2008000300002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>. Acesso em: 4 abr. 2026.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior: ensino superior. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 22, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: J. Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401–411, 2004.

MARCONI, M. d. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: PROGRAMA de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 4 abr. 2026.

OLIVEIRA, C. M.; RIBEIRO, L. A.; RABELO, J. L.; CUNHA, A. P. d. S.; ALMEIDA, J. R. J. d.; SOARES, J. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 28768–28782, 2021. Acesso em: 01 dez. 2024. DOI: 10.34119/BJHRV4N6-415. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/7etuczj5fvbddd6tglnsvbmjzy/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/41787/pdf>.

PAIXÃO, M.; ROSSETO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. Introdução. *In*: PAIXÃO, M.; ROSSETO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. (ed.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010. p. 26–34.

PEREIRA, L. A. d. G.; GALONI, L. L.; RIBAS, G. O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro. **O Social em Questão**, v. 26, n. 56, p. 159–176, 2023. Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552274743010/552274743010.pdf>.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. Rio de Janeiro: Editora Nós, 2017.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 4 abr. 2026.

QUEIROZ, D. M. Ações Afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras. **Revista Ártemis**, v. 8, p. 132–145, 2008. Acesso em: 20 maio 2024. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/RevistaArtemis/2008/vol8/11.pdf>.

RAWLS, J. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Edição: Erin Kelly. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SILVA, M. C. d. **O impacto do racismo na saúde mental das vítimas: saúde mental**. [S. l.: s. n.], 2017. Acesso em: 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1229.pdf>.

SOUSA, C. F. d. A. **A Cor da Minha Infância**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC. Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/218754/TCC.pdf?sequence=5>.

VALÉRIO, A. C. d. O.; BEZERRA, W. C.; SANTOS, V. S.; LEITE JUNIOR, J. D.; FARIAS, M. N.; SANTOS, S. M. B. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, e3007, p. 1–19, 2021. Acesso em: 1 dez. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fbwzQ9vmJtzyhwMmxGgyNwy/?format=pdf&lang=pt>.

XAVIER, D. d. B.; NASCIMENTO, E. G. d.; SANTOS, M. C. d.; LOPES, S. R. O. **As implicações do racismo na saúde mental da mulher negra**. [S. l.: s. n.], 2022. Acesso em: 20 ago. 2024. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/as-implicacoes-do-racismo-na-saude-mental-da-mulher-negra.pdf>.